

Sumário

Prólogo	13
Capítulo 1 – O Processo na Teoria Geral do Direito e do Processo	17
1. Esboço de uma Teoria Processual do Direito	17
1.1. Necessidade, bem e interesse	17
1.2. Conflito de interesses	24
1.3. Direito objetivo	28
1.4. Dupla função do ordenamento jurídico	29
1.4.1. Função psicológica	29
1.4.2. Função judicial	34
2. Acesso aos Tribunais como pretensão à tutela jurídica	35
2.1. Monopólio da Jurisdição	35
2.2. Conceito de pretensão à tutela jurídica e análise de seus elementos	43
2.3. Pretensão à tutela jurídica e pretensão material	46
3. Contribuição ao estudo das sanções desde a perspectiva do Estado Democrático de Direito	47
3.1. Prolegômenos	47
3.2. Finalidade do Ordenamento Jurídico	48
3.3. Conceito de Sanção	50
3.4. Espécies de Sanções	53
3.4.1. Sanções Repressivas	54
3.4.2. Sanções Premiais	55
3.5. O Estado Democrático de Direito e as sanções premiais	57
Capítulo 2 – O Processo Civil no Estado Democrático	61
1. A garantia constitucional do contraditório e as presunções contidas no § 6º do art. 273 do CPC	61
1.1. Introdução	61
1.2. Os princípios constitucionais da efetividade e do contraditório	61
1.3. O surgimento do § 6º do art. 273 do CPC	65
1.4. As presunções no direito brasileiro	66
1.5. Das formas de incontrovérsia contidas no pedido incontroverso	69
1.6. Pedido incontroverso e presunções relativas	71
1.7. Pedido incontroverso e presunções absolutas	75
1.8. Conclusões	76
2. A garantia constitucional do postulado da efetividade desde o prisma das sentenças mandamentais	77



2.1. Noções gerais	77
2.2. O Postulado da efetividade	79
2.3. As sentenças mandamentais	81
2.3.1. Origem	82
2.3.2. Contribuição da doutrina brasileira	85
2.3.3. Características	87
2.3.4. Diferença das demais espécies de sentenças	92
3. O papel do processo na construção da democracia: para uma nova definição da democracia participativa	95
3.1. Introdução	95
3.2. Pressuposto democrático: o povo	96
3.3. Participação e democracia	99
3.3.1. Democracia vigente	101
3.3.2. Democracia participativa e processo como instrumento de concretização da democracia	103
4. La sentencia ejecutiva como garantia constitucional del principio de la efectividad	107
4.1. El principio de la efectividad	107
4.2. Pretensión de ejecución	109
4.3. El origen romano	109
4.4. Características	113
5. O sobreprincípio da boa-fé processual como decorrência do comportamento da parte em juízo	121
5.1. A boa-fé como conceito ético-social do homem	121
5.2. A boa-fé processual nos Direitos estrangeiro e brasileiro	123
5.3. A boa-fé processual como sobreprincípio do ordenamento jurídico	126
5.4. O comportamento processual da parte como dimensão objetiva do conceito de boa ou má-fé processual	127
5.4.1. A valoração do comportamento processual das partes	128
5.4.2. Obrigação, dever ou ônus de lealdade processual	133
6. Teoria geral da ação cautelar inominada	138
6.1. Introdução	138
6.2. Escoço histórico da origem de tutela cautelar	138
6.2.1. Medidas com efeitos cautelares na lei das XII tábuas	138
6.2.2. A tutela cautelar no Direito romano	139
6.2.3. A influência do Direito germânico	140
6.2.4. A “référé” francesa	141
6.2.5. Os primórdios do Direito italiano	142
6.3. Condições gerais da ação	143
6.4. Duas características específicas da ação cautelar	145
6.4.1. <i>Fumus Boni iuris</i>	145
6.4.2. Perigo de dano iminente e irreparável ou de difícil reparação	148
6.5. Teoria Geral da Ação Cautelar	152
6.5.1. Prolegômenos	152
6.5.2. Função jurisdicional cautelar	154
6.5.3. Autonomia do processo cautelar	156
7. Audiência preliminar e oralidade	160
7.1. Introdução	160
7.2. A oralidade e o direito antigo	160



7.3. Bentham, F. Klein e a oralidade	162
7.4. Os valores da oralidade	164
7.5. Audiência preliminar	168
7.5.1. Noções gerais	168
7.5.2. Direito comparado	173
7.5.2.1. Direito austríaco	173
7.5.2.2. Direito alemão	175
7.5.2.3. Direito italiano	175
7.5.2.4. Direito espanhol	176
7.5.2.5. Direito português	177
7.5.2.6. Direito uruguaio	178
7.5.3. Fases da audiência preliminar	179
7.5.3.1. Conciliação	179
7.5.3.2. Saneamento do processo	181
7.5.3.3. Fixação dos pontos controvertidos	184
7.5.3.4. Determinação das provas a serem produzidas	185
Capítulo 3 – O Processo no Direito Comparado	187
1. A concretização da tutela específica no Direito comparado	187
1.1. A tutela específica na nova ordem constitucional	187
1.2. O Direito francês e as “astreintes”	190
1.3. O Ordenamento Inglês e o <i>Contempt of court</i>	195
1.4. O Sistema tradicional italiano	199
1.4.1. Aplicação do <i>Contempt of Court</i>	199
1.4.2. Doutrina conservadora	201
1.4.3. Considerações	203
1.5. O sistema misto alemão	204
2. La Ejecución Civil: Experiencia del Derecho Brasileño	206
2.1. Crisis de la Justicia	206
2.2. El tecnicismo de la dualidad de procesos	209
2.3. Breves consideraciones sobre las reformas en materia de ejecución en el derecho comparado	211
2.3.1. Derecho alemán	212
2.3.2. Derecho portugués	214
2.4. Las reformas procesales que alejaron la <i>actio iudicati</i> del campo de las sentencias de condena	215
2.4.1. Primera fase: tutela anticipada	217
2.4.2. Segunda fase: tutela específica <i>in simultaneous process</i>	219
2.4.3. Tercera fase: obligaciones de dar	221
2.4.4. Cuarta fase: cumplimiento de la sentencia	222
2.5. Conclusión	227
3. La tutela judicial del crédito en el Código Procesal Civil modelo para iberoamerica: desde la perspectiva del proceso de ejecución, cautelar y monitorio	228
3.1. Antecedentes históricos	228
3.2. Líneas Básicas	229
3.3. La tutela judicial del crédito en el Código Tipo desde el punto de vista de la ejecución provisional y definitiva	230
3.3.1. El crédito, la sentencia y su ejecución: apreciación histórica	230



3.3.2. La ejecución provisional dentro del Código Tipo	233
3.3.3. La tutela del crédito en el Código Tipo a través de la ejecución definitiva	234
3.4. La preservación del crédito en el Código Tipo desde una perspectiva cautelar	236
3.5. La protección del crédito en el Código Tipo desde la óptica monitoria	240
4. O processo cautelar no Mercosul	243
4.1. Noções gerais	243
4.2. Natureza jurídica das normas do Mercosul	244
4.3. Protocolo de medidas cautelares	245
4.3.1. Noções gerais	246
4.3.2. Objeto	247
4.3.3. Espécies	248
4.3.4. Princípio <i>locus regit actum</i>	250
4.3.5. Autonomia da cooperação cautelar	251
4.3.6. Cautelares <i>ex officio</i>	252
4.3.7. Procedimento	252

